

-----Chamada completa: Versão em Português-----

Volume Especial Revista Ra'eGa

O monitoramento participativo da pesca artesanal como ferramenta de análise da governança, das dinâmicas territoriais, da justiça epistêmica e da incidência em políticas públicas

Justificativa e Escopo

A pesca artesanal constitui espaços-territórios inseridos em diferentes contextos geográficos de vulnerabilidade e de governança, sujeitos a transformações socioambientais em múltiplas escalas espaciais, temporais e institucionais. Em muitos casos, os mecanismos de gestão e governança baseiam-se em modelos de avaliação e monitoramento que consideram apenas os componentes biofísicos relativos às capturas de espécies de interesse econômico.

Um olhar mais amplo sobre o monitoramento participativo pode constituir uma prática de leitura crítica do território, permitindo acompanhar transformações ecológicas, sociais, econômicas e políticas que afetam os modos de vida das comunidades pesqueiras. Nesse contexto, o monitoramento participativo da pesca artesanal tem se consolidado como uma importante estratégia de produção de conhecimentos. Além disso, assume um papel relevante no fortalecimento da governança territorial, ao promover a produção de conhecimento sobre os territórios pesqueiros, incluindo suas diversas relações socioambientais, e a ampliação da participação social nos processos de tomada de decisão.

Em diferentes contextos latino-americanos, comunidades pesqueiras vêm desenvolvendo experiências de monitoramento participativo e de automonitoramento que contribuem para a conservação da biodiversidade, a gestão dos recursos naturais, a defesa de direitos e a incidência em políticas públicas. Essas iniciativas evidenciam que os conhecimentos locais constituem fontes legítimas de dados, análises e soluções para os desafios socioambientais complexos. Ao mesmo tempo, trazem à tona debates sobre justiça epistêmica, reconhecimento de saberes, coprodução do conhecimento e reconfiguração das relações de poder entre comunidades, pesquisadores e gestores públicos.

Este número especial busca reunir contribuições teóricas, metodológicas e empíricas que discutam experiências de monitoramento participativo da pesca artesanal, com foco em: (i) seus efeitos sobre a governança territorial; (ii) os conflitos pelo acesso e uso dos espaços costeiros e marinhos; (iii) os processos de desterritorialização e reterritorialização; (iv) a conservação e a valorização dos modos de vida tradicionais; e (v) sua capacidade de influenciar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas.

Mais do que registrar abordagens convencionais de coleta de dados de captura e de esforço, este número especial visa identificar experiências inovadoras de monitoramento pesqueiro que ultrapassem o enfoque em recursos pesqueiros em

sentido estrito, considerando o sistema pesqueiro em suas diversas dimensões ecológicas e humanas.

Encorajamos o envio de manuscritos que abordem tópicos como os seguintes, sem se limitar a eles:

- inovações metodológicas que integrem dimensões humanas, ecológicas e territoriais da pesca artesanal, incluindo o desenvolvimento de indicadores e ferramentas analíticas para a construção de abordagens inter e transdisciplinares de monitoramento participativo da pesca artesanal;
- experiências de análise espacial, geotecnologias e cartografia social aplicadas ao monitoramento participativo da pesca artesanal;
- uso de aplicativos e ferramentas digitais para monitoramento pesqueiro, considerando potencialidades e limites de acesso e apropriação tecnológica;
- experiências práticas de coconstrução, incluindo formulação de protocolos, coleta e análise de dados, e divulgação de saberes;
- monitoramento participativo, justiça epistêmica e coprodução do conhecimento;
- reflexões teóricas e críticas sobre os processos de monitoramento participativo e automonitoramento da pesca, bem como sobre sua contribuição para acompanhar a evolução de conceitos interdisciplinares, tais como sustentabilidade, resiliência socioecológica, modos de vida sustentáveis, transição, vulnerabilidade, viabilidade das pescarias e princípios de governança de Ostrom, entre outros;
- uso de dados de monitoramento participativo da pesca para explorar questões e categorias geográficas, como espaço, território, região, lugar e paisagem;
- efeitos do monitoramento participativo nas políticas públicas.

Serão priorizados manuscritos que evidenciem uma compreensão qualificada da participação de pescadores e pescadoras artesanais e de representantes de comunidades locais nos processos de monitoramento, entendida não como mera coleta de dados por atores comunitários a serviço de agendas de pesquisa ou de gestão definidas externamente, mas como envolvimento efetivo nas etapas de formulação de perguntas, desenho metodológico, interpretação de resultados e/ou definição dos usos do conhecimento produzido.

Define-se a América Latina e o Caribe (LAC) como escopo geográfico. No entanto, estudos comparativos com outras regiões do mundo também são encorajados. Propostas provenientes de outras regiões do mundo também serão consideradas, ainda que não sejam prioridade deste volume especial.

Interessam, portanto, contribuições que problematizem os próprios limites da participação e demonstrem, teórica ou empiricamente, como a coprodução do conhecimento pode se traduzir em autonomia, incidência política e fortalecimento dos modos de vida das comunidades pesqueiras.

Apesar da delimitação temática, é importante destacar que todos os manuscritos submetidos deverão seguir o fluxo e as normas editoriais da RAEGA, com a submissão de versões em português, espanhol e inglês. Mais detalhes estão disponíveis na revista: <https://revistas.ufpr.br/raega/about/submissions>.

Solicitamos às pessoas interessadas em submeter manuscritos a este número especial que enviem, por e-mail (rodrigo.medeiros@ufpr.br; mayra.jankowsky@gmail.com; deborah.prado@unifesp.br), uma manifestação de interesse contendo: título provisório, autoria e uma descrição da proposta de manuscrito, com no máximo 300 palavras. A descrição deve explicitar a região de estudo, sua relação com os temas desta chamada e a forma como o manuscrito será abordado.

Cronograma detalhado

- Abertura da chamada: 20 de agosto de 2026
- Envio de manifestações de interesse: até 1 de outubro de 2026
- Prazo final de submissão dos manuscritos: 31 de janeiro de 2027
- Envio da primeira revisão por pares: até 30 abril de 2027
- Publicação: outubro de 2027

-----Full Version – Call for Papers -----

Special Issue

Participatory Monitoring of Small-Scale Fisheries as a Tool for Analyzing Governance, Territorial Dynamics, Epistemic Justice, and Policy Influence

Rationale and Scope

Small-scale fisheries (SSF) are dynamic and complex systems connected through spaces and territories embedded in different geographical contexts of vulnerability and governance, as well as socio-environmental transformations across multiple scales. In many cases, SSF management and governance are limited to assessment and monitoring approaches that consider only the biophysical components of the target species.

A broader view of participatory monitoring can constitute a practice of critical reading of fishing territories, enabling the tracking of ecological, social, economic, and political transformations that affect fishing livelihoods. In this context, participatory monitoring has become an important strategy for knowledge co-production in small-scale fisheries. It includes strengthening territorial governance by producing knowledge about fishing territories and their diverse socio-environmental relations and by expanding social participation in decision-making processes.

In different Latin American contexts, fishing communities have developed experience in participatory and self-monitoring that contributes to biodiversity conservation, natural resource management, the defense of rights, and policy influence. These initiatives show that indigenous and local knowledge constitutes a legitimate source of data, analysis, and solutions for complex socio-environmental challenges. At the same time, they highlight debates on blue justice, including epistemic and procedural

recognition. It also has the potential to reconfigure power relations among communities, researchers, and public managers.

This special issue seeks to bring together theoretical, methodological, and empirical contributions that discuss experiences of participatory monitoring in small-scale fisheries, including: (i) their effects on territorial governance; (ii) conflicts over access to and use of coastal and marine spaces; (iii) processes of deterritorialization and reterritorialization; (iv) the safeguarding and recognition of traditional livelihoods; and (v) their capacity to influence the formulation, implementation, and evaluation of public policies.

Beyond conventional approaches to collecting catch and effort data, this special issue aims to identify innovative experiences in fishery monitoring that go beyond fishery resources, considering the fishery system in its various ecological and human dimensions.

We encourage submissions addressing topics such as, but not limited to:

- Methodological innovations integrating the human, ecological, and territorial dimensions of small-scale fisheries, including the development of indicators and analytical tools for building interdisciplinary and transdisciplinary approaches to participatory monitoring of small-scale fisheries;
- Experiences in spatial analysis and geotechnologies, social cartography, and their application to participatory monitoring of small-scale fisheries;
- Use of apps and digital tools for fishery monitoring: potentials and limits of access and technological appropriation;
- Practical experiences of co-construction, including protocol development, data collection, data analysis, and knowledge sharing;
- Participatory monitoring, epistemic justice, and knowledge co-production;
- Theoretical and critical reflections on participatory monitoring and self-monitoring in fisheries and on their contribution to tracking the evolution of interdisciplinary concepts such as sustainability, socio-ecological resilience, sustainable livelihoods, transition, vulnerability, and viability in fisheries, Ostrom's governance principles, among others;
- Use of participatory fishery monitoring data to explore geographical questions and categories (such as space, territory, region, place, and landscape);
- Effects of participatory monitoring on public policies.

Priority will be given to manuscripts that demonstrate a qualified understanding of the participation of artisanal fishers and representatives of local communities in monitoring processes, understood not as the mere collection of data by community actors serving externally defined research or management agendas, but as effective involvement in the stages of question formulation, methodological design, interpretation of results, and/or definition of the uses of the knowledge produced.

Geographical scope

Latin America and the Caribbean (LAC) are defined as the geographical scope of this special issue. However, comparative studies involving other regions of the world

are also encouraged. Proposals from other regions of the world will likewise be considered, although they will not be prioritized in this special issue.

We are therefore interested in contributions that problematize the very limits of participation and demonstrate, theoretically or empirically, how knowledge co-production can translate into autonomy, policy influence, and the strengthening of fishing communities' livelihoods.

Submission information

Despite the thematic focus of this special issue, all submitted manuscripts must follow RAEGA's editorial workflow and guidelines and must be submitted in Portuguese, Spanish, and English. Further details are available on the journal's website: <https://revistas.ufpr.br/raega/about/submissions>.

Authors interested in submitting manuscripts to this special issue are requested to send, by email (rodrigo.medeiros@ufpr.br; mayra.jankowsky@gmail.com; deborah.prado@unifesp.br), an expression of interest containing a provisional title, author name(s), and a description of the proposed manuscript of no more than 300 words. The description should specify the study region, its relation to the themes of this call, and the approach the authors intend to take in developing the manuscript.

Detailed Schedule

- Call opens: August 18, 2026
- Submission of expressions of interest: by September 10, 2026
- Final manuscript submission deadline: January 31, 2027
- First round of peer review: by April 30, 2027
- Special Issue release: October 2027

----- Convocatoria Versión Completa - Español -----

El monitoreo participativo de la pesca artesanal como herramienta para analizar la gobernanza, las dinámicas territoriales, la justicia epistémica y la incidencia en las políticas públicas

Justificación y alcance

La pesca artesanal constituye sistemas dinámicos y complejos conectados por espacios y territorios, insertos en diferentes contextos geográficos de vulnerabilidad y gobernanza, así como en procesos de transformación socioambiental a múltiples escalas. En muchos casos, la gestión y la gobernanza de la pesca artesanal se limitan a enfoques de evaluación y monitoreo que consideran únicamente los componentes biofísicos de las especies objetivo.

Una mirada más amplia sobre el monitoreo participativo puede constituir una práctica de lectura crítica de los territorios pesqueros, que permite acompañar las transformaciones ecológicas, sociales, económicas y políticas que afectan los modos de vida vinculados a la pesca. En este contexto, el monitoreo participativo se ha consolidado como una estrategia clave para la coproducción de conocimiento en la pesca artesanal. Asimismo, contribuye al fortalecimiento de la gobernanza territorial mediante la producción de conocimiento sobre

los territorios pesqueros y sus diversas relaciones socioambientales, así como mediante la ampliación de la participación social en los procesos de toma de decisiones.

En diferentes contextos latinoamericanos, las comunidades pesqueras han desarrollado experiencias de monitoreo participativo y automonitoreo que contribuyen a la conservación de la biodiversidad, la gestión de los recursos naturales, la defensa de derechos y la incidencia en las políticas públicas. Estas iniciativas muestran que los conocimientos indígenas y locales constituyen fuentes legítimas de datos, análisis y soluciones para enfrentar desafíos socioambientales complejos. Al mismo tiempo, ponen de relieve debates sobre la justicia azul, incluidos la justicia epistémica y el reconocimiento procedimental. También tienen el potencial de reconfigurar las relaciones de poder entre comunidades, investigadores y gestores públicos.

Este número especial busca reunir contribuciones teóricas, metodológicas y empíricas que discutan experiencias de monitoreo participativo en la pesca artesanal, incluyendo: (i) sus efectos sobre la gobernanza territorial; (ii) los conflictos por el acceso y uso de los espacios costeros y marinos; (iii) los procesos de desterritorialización y reterritorialización; (iv) la protección y el reconocimiento de los modos de vida tradicionales; y (v) su capacidad para influir en la formulación, implementación y evaluación de políticas públicas.

Más allá de los enfoques convencionales de recolección de datos de captura y esfuerzo, este número especial tiene como objetivo identificar experiencias innovadoras de monitoreo pesquero que vayan más allá de los recursos pesqueros, considerando el sistema pesquero en sus diversas dimensiones ecológicas y humanas.

Se alienta el envío de manuscritos que aborden temas como los siguientes, sin limitarse a ellos:

- Innovaciones metodológicas que integren las dimensiones humanas, ecológicas y territoriales de la pesca artesanal, incluyendo el desarrollo de indicadores y herramientas analíticas para la construcción de enfoques interdisciplinarios y transdisciplinarios de monitoreo participativo de la pesca artesanal;
- Experiencias de análisis espacial y geotecnologías, cartografía social y su aplicación al monitoreo participativo de la pesca artesanal;
- Uso de aplicaciones y herramientas digitales para el monitoreo pesquero: potencialidades y límites de acceso y apropiación tecnológica;
- Experiencias prácticas de coconstrucción, incluyendo el desarrollo de protocolos, la recolección de datos, el análisis de datos y el intercambio de conocimientos;
- Monitoreo participativo, justicia epistémica y coproducción de conocimiento;
- Reflexiones teóricas y críticas sobre el monitoreo participativo y el automonitoreo en la pesca, así como sobre su contribución al seguimiento de la evolución de conceptos interdisciplinarios como sostenibilidad, resiliencia socioecológica, modos de vida sostenibles, transición, vulnerabilidad y viabilidad de las pesquerías, principios de gobernanza de Ostrom, entre otros;
- Uso de datos de monitoreo participativo de la pesca para explorar cuestiones y categorías geográficas, como espacio, territorio, región, lugar y paisaje;
- Efectos del monitoreo participativo en las políticas públicas.

Se dará prioridad a los manuscritos que demuestren una comprensión calificada de la participación de pescadores artesanales y representantes de comunidades locales en los procesos de monitoreo, entendida no como la mera recolección de datos por parte de actores comunitarios al servicio de agendas de investigación o gestión definidas externamente, sino como una participación efectiva en las etapas de formulación de preguntas, diseño metodológico, interpretación de resultados y/o definición de los usos del conocimiento producido.

Alcance geográfico

América Latina y el Caribe (LAC) se define como el ámbito geográfico de este número especial. No obstante, también se alientan los estudios comparativos que involucren otras regiones del mundo. Las propuestas provenientes de otras regiones del mundo también serán consideradas, aunque no se priorizarán en este número especial.

Nos interesan, por lo tanto, contribuciones que problematizan los propios límites de la participación y demuestran, teóricamente o empíricamente, cómo la coproducción de conocimiento puede traducirse en autonomía, incidencia en políticas públicas y fortalecimiento de los modos de vida de las comunidades pesqueras.

Información para el envío

A pesar del enfoque temático de este número especial, todos los manuscritos enviados deberán seguir el flujo editorial y las normas de RAEGA, y deberán ser presentados en portugués, español e inglés. Más detalles están disponibles en el sitio web de la revista: <https://revistas.ufpr.br/raega/about/submissions>.

Las autoras y los autores interesados en enviar manuscritos a este número especial deberán remitir, por correo electrónico (rodrigo.medeiros@ufpr.br; mayra.jankowsky@gmail.com; deborah.prado@unifesp.br), una manifestación de interés que contenga un título provisional, la autoría y una descripción de la propuesta de manuscrito de no más de 300 palabras. La descripción deberá especificar la región de estudio, su relación con los temas de esta convocatoria y el enfoque que las autoras y los autores pretenden adoptar en el desarrollo del manuscrito.

Cronograma detallado

- Apertura de la convocatoria: 18 de agosto de 2026
- Envío de manifestaciones de interés: hasta el 10 de septiembre de 2026
- Fecha límite para la presentación de manuscritos: 31 de enero de 2027
- Primera ronda de evaluación por pares: hasta el 30 de abril de 2027
- Publicación: octubre de 2027